

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques relacionados com as operações da Companhia estão evidenciados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)						
Ativo	Nota	2011		2010		Reapresentação
		2011	2010	2011	2010	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	41.165	23.097			
Contas a receber de clientes	6	254.788	389.315			
Estoques	7	454.090	365.555			
Tributos a recuperar	9	128.172	143.316			
Demais contas a receber		32.031	18.611			
		910.246	939.894			
Não circulante						
Tributos a recuperar	9	130.526	52.447			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	170.316	177.725			
Depósitos judiciais		12.339	11.490			
Demais contas a receber		1.497	151			
Investimentos	10	6.906	8.386			
Imobilizado	11	3.471.030	3.505.015			
Intangível	12	5.730	2.448			
		3.798.344	3.757.662			
Total do ativo		4.708.590	4.697.556			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2009		2.202.112	(1.001.268)	1.200.844
Resultado abrangente do exercício:				
Prejuízo do exercício			(632.963)	(632.963)
			(632.963)	(632.963)
Contribuições e distribuições aos acionistas:	20.1			
Aumento de capital		4.085.390		4.085.390
Redução de capital		(2.578.372)		(2.578.372)
Ajuste de movimentações societárias			54.921	54.921
		1.507.018	54.921	1.561.939
Em 31 de dezembro de 2010		3.709.130	(1.579.310)	2.129.820
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício			49.013	49.013
			49.013	49.013
Contribuições de acionistas:				
Aumento de capital	20.1	543.224		543.224
		543.224		543.224
Em 31 de dezembro de 2011		4.252.354	(1.530.297)	2.722.057
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Braskem Qpar S.A. ("Braskem Qpar" ou "Companhia"), atual denominação da Quattor Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado com sede no Rio de Janeiro - RJ. Tem como atividade principal a produção e comercialização de produtos petroquímicos básicos e resinas termoplásticas, bem como dos seus produtos derivados e correlatos; a importação, exportação, compra, distribuição e venda desses produtos; a prestação, a terceiros, de serviços de assessoria e consultoria técnica e administrativa, relacionados a essas atividades. Seu principal fornecedor de matérias-primas é a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS ("Petrobras") e suas vendas de produtos e serviços destinam-se, principalmente, às empresas de segunda geração da cadeia petroquímica, localizadas, principalmente, na região sudeste. Após eventos societários ocorridos em 2010, a Companhia passou a ser uma controlada da Braskem S.A. ("Braskem"), que é controlada pela Odebrecht S.A. ("Odebrecht"). A Braskem detém, direta e indiretamente, em 31 de dezembro de 2011, 100% de participação no seu capital social. • **Eventos societários:** Em 22 de janeiro de 2010, foi anunciada a conclusão das negociações que resultaram na aquisição, pela Braskem, da Quattor, por meio de um Acordo de Investimento celebrado, naquela data, entre a Odebrecht, Petrobras, Braskem e Unipar - União de Indústrias Petroquímicas S.A. ("Unipar"). Em 27 de abril de 2010, a Braskem divulgou, através de Fato Relevante, a aquisição, junto à Unipar, de ações representativas de 60% do capital votante e total da Quattor. Em 18 de junho de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Braskem aprovou a incorporação de ações da Quattor que eram detidas pela Petrobras e que representavam 40% do capital total e votante da Quattor. Com esta incorporação de ações, a Braskem passou a deter 100% do capital da Companhia. Em 24 de junho de 2010, a AGE da Quattor aprovou o aumento do capital social, no montante de R\$ 4.014.128, sem emissão de novas ações. O aumento de capital foi integralizado pela Braskem com adiantamentos para futuro aumento de capital. Adicionalmente, em 29 de junho de 2010, a AGE da Quattor aprovou a redução do seu capital social em R\$ 2.578.372, sem cancelamento de ações e com a restituição à Braskem, sua única acionista, da totalidade dos investimentos na Rio Polímeros S.A. ("Riopol") e Quattor Petroquímica S.A. ("Quattor Petroquímica"), atualmente denominada Braskem Petroquímica S.A. ("Braskem Petroquímica"). Em 1 de setembro de 2010, a AGE da Quattor aprovou a incorporação das empresas a seguir mencionadas. Os patrimônios líquidos das empresas incorporadas foram avaliados ao valor contábil. (a) Quattor Química S.A. ("Quattor Química") - Na data da incorporação, o capital social da Quattor Química estava distribuído entre a Braskem Qpar, com 94,11% e a Quattor Petroquímica (atual Braskem Petroquímica), com 5,89%. A relação de troca de ações da Quattor Química por ações da Companhia foi estabelecida com base nos patrimônios líquidos contábeis em 30 de junho de 2010, data base da operação, o que gerou um aumento de capital de R\$ 58.231, com a emissão de 8.578.301 ações ordinárias (3,9% do capital social) que foram entregues à Quattor Petroquímica. (b) Polibutenos S.A. Indústrias Químicas ("Polibutenos") - Na data da incorporação, o capital da Polibutenos estava distribuído entre a Companhia, com 33,33% e a Braskem, com 66,67%. A relação de troca de ações da Polibutenos por ações da Companhia foi estabelecida com base nos patrimônios líquidos contábeis em 30 de junho de 2010, data base da operação, o que gerou um aumento de capital de R\$ 13.032, com a emissão de 1.687.179 ações ordinárias que foram entregues à Braskem. (c) Mauá Resinas S.A. ("Mauá Resinas") e Norfolk Distribuidora Ltda. ("Norfolk") - Na data da incorporação, a Mauá Resinas e a Norfolk eram subsidiárias integradas da Companhia, razão pela qual não houve aumento de capital e emissão de ações na incorporadora. As demonstrações dos resultados das controladas incorporadas, até junho de 2010, estão demonstradas a seguir:

	Mauá Resinas	Norfolk	Quattor Química	Polibutenos
Receita líquida de vendas	131		1.836.479	38.116
Custo dos produtos vendidos			(1.565.661)	(30.006)
Lucro bruto	131		270.818	8.110
Receitas (despesas)				
Com vendas			(55.535)	(2.432)
Gerais e administrativas	(20)	(104)	(32.090)	(1.684)
Resultado de participações societárias			1.145	
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		7	(46.927)	15
Lucro operacional	111	(97)	137.411	4.009
Resultado financeiro				
Despesas financeiras			(229.129)	(4.486)
Receitas financeiras		91	44.989	4.454
		91	(184.140)	(32)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	111	(6)	(46.729)	3.977
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos		(19)	34.819	(809)
Lucro líquido (prejuízo) do período	92	(6)	(11.910)	3.168

Em 29 de julho de 2011, foi aprovado pela AGE o aumento de capital da Companhia em R\$ 543.224, totalmente subscrito e integralizado pela Braskem. Como não houve emissão de novas ações, esse aumento foi diluído entre a Braskem e a Braskem Petroquímica. Em 5 de dezembro de 2011 foi aprovada em AGE a alteração da denominação social de Quattor Participações S.A. para Braskem Qpar S.A.

2. Sumário das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de ativos e passivos e foram apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das S.A. e pelas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente por não possuir nenhuma movimentação, além do próprio resultado do exercício, que esteja no alcance desta demonstração. Em conformidade com a CPC 36, a Companhia não está apresentando as demonstrações financeiras consolidadas pelas seguintes razões: (a) é uma subsidiária integral da Braskem, a qual não faz objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (b) suas ações não são negociadas em mercado aberto; (c) não visa a emissão de nenhum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto, por isso não registrou e nem está em processo de registro de suas demonstrações contá-

beis na CVM ou outro órgão regulador; e (d) sua controladora, Braskem, apresentou demonstrações financeiras consolidadas para o ano de 2011, em conformidade com os pronunciamentos técnicos do CPC, as quais foram arquivadas na CVM no dia 14 de março de 2012. Nas demonstrações financeiras de 2011, o saldo de 2010 da rubrica "Partes relacionadas" (R\$ 222.976) foi reclassificado para a rubrica "Contas a receber de clientes" (R\$ 220.124) e "Demais contas a receber" (R\$ 2.852). Da mesma forma, o saldo da rubrica "Partes relacionadas" (R\$ 52.318) foi reclassificado para rubrica "Fornecedores". A autorização da diretoria para emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu no dia 20 de abril de 2012. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez e capacidade de resgate em prazo inferior a três meses. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3 Ativos financeiros: 2.3.1 Classificação: Ativos financeiros mantidos para negociação** - são classificados nessa categoria com o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente no curto prazo e são mensurados ao valor justo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. **Empréstimos e recebíveis** - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), contas a receber de clientes (Nota 6), partes relacionadas (Nota 8) e demais contas a receber. **2.3.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apropriados no "resultado financeiro" do período em que ocorrem. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos. Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo. **2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem: a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor; b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital; ou c) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira. As perdas são registradas quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado. A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo, exceto, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A metodologia utilizada pela Companhia especificamente para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) contempla 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias, 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do montante dos títulos em cobrança judicial. Também é incluído neste cálculo 100% do montante dos títulos derivados de uma segunda renegociação com os clientes, bem como todos os títulos derivados da primeira renegociação e com prazo de recebimento superior a 24 meses. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo. **2.4 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). O prazo médio de faturamento da Companhia é de aproximadamente 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao menor entre custo médio das compras ou produção e o valor realizável líquido. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As provisões de perda ao valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando o valor de realização é inferior ao valor de custo. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.6 Participações em sociedades controladas:** Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle). Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ganhos e as perdas de participação oriundos de transações (compra ou alienação) com acionistas não controladores são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "outros resultados abrangentes". Esses ganhos e perdas são transferidos para o resultado do exercício quando a Companhia deixa de ter o controle da respectiva controlada. **2.7 Ativo imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos no financiamento durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso. Os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro são registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato, dos dois o que for menor. Os encargos financeiros são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i), acima. As máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares de dois a seis anos para realizar essas atividades. Os custos diretamente atribuíveis à substituição ou manutenção de um ativo são capitalizados quando (i) for provável que tais gastos irão gerar benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia; e (ii) esses gastos possam ser mensurados de forma confiável. Para cada parada programada, os gastos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)			
	Nota	2011	2010
Receita líquida de vendas	22	4.171.085	1.737.189
Custo dos produtos vendidos		(3.736.724)	(1.496.802)
Lucro bruto		434.361	240.387
Receitas (despesas)			
Com vendas		(82.839)	(26.265)
Gerais e administrativas		(53.797)	(51.274)
Resultado de participações societárias	10	1.196	(669.641)
Reversão de <i>impairment</i>			75.766
Outras despesas operacionais, líquidas		(22.883)	(8.336)
Lucro (prejuízo) operacional		276.038	(439.363)
Resultado financeiro	23		
Despesas financeiras		(237.789)	(281.715)
Receitas financeiras		36.292	(8.022)
		(201.497)	(289.737)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		74.541	(729.100)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	15.1	(25.528)	96.137
		(25.528)	96.137
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		49.013	(632.963)
Média ponderada de ações no exercício (em milhares)		247.880	247.880
Resultado básico e diluído por ação	21	0,1977	(2,5535)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)			
	2011	2010	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	74.541	(729.100)	
Ajustes para reconciliação do lucro líquido/prejuízo			
Depreciação e amortização	234.475	112.265	
Resultado de participações societárias	(1.196)	669.641	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	170.052	97.062	
Outros	416	2.093	
478.288	151.961		
Variação do capital circulante operacional			
Contas a receber de clientes	134.464	243.982	
Estoques	(81.382)	(107.415)	
Tributos a recuperar	(54.058)	(17.193)	
Demais contas a receber	(13.358)	125.309	
Fornecedores	269.543	(180.912)	
Demais contas a pagar	(97.091)	(272.146)	
Caixa gerado (consumido) pelas operações	636.406	(56.414)	
Juros pagos	(42.018)	(228.323)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.880)	(1.490)	
Geração (aplicação) de caixa pelas atividades operacionais	585.508	(286.227)	
Recursos recebidos na venda de ativo permanente	39	12	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		(2.865.279)	
Caixa e equivalentes de caixa de empresas incorporadas		68.171	
Adições ao imobilizado	(210.901)	(134.383)	
Adições ao intangível		(513)	
Aplicação de caixa em investimentos	(210.862)	(2.931.992)	
Dívida de curto e longo prazo			
Captações	425.906	1.004.314	
Pagamentos	(647.938)	(2.515.754)	
Partes relacionadas			
Captações	2.771.410	1.829.881	
Pagamentos	(2.905.866)	(1.106.210)	
Aumento de capital		4.014.128	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	(90)	(10)	
Geração (aplicação) de caixa em financiamentos	(356.578)	3.226.349	
Geração de caixa e equivalentes	18.068	8.130	
Representado por			
Caixa e equivalentes no início do exercício		23.097	14.967
Caixa e equivalentes no final do exercício		41.165	23.097
Aumento de caixa e equivalentes	18.068	8.130	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras			

com materiais e serviços de terceiros são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os gastos com o consumo de pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na Nota 3.2. Terrenos possuem vida útil indefinida, razão pela qual não são depreciados. Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso. A Companhia não atribui valor residual aos bens devido a sua imaterialidade. **2.8 Ativo intangível:** Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes: **2.8.1 Marcas e patentes:** As tecnologias adquiridas de terceiros, são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda ao valor recuperável, quando aplicável. As tecnologias com vida útil definida são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada de 10 anos. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. **2.8.2 Softwares:** São registrados pelo custo menos a amortização acumulada e a provisão para perda ao valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou gastos de desenvolvimento interno e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada (entre 3 a 5 anos) ou pelo prazo do contrato. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **2.9 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre (i) o valor justo de um ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros (Nota 3.4). **2.10 Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **2.11 Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e em alguns casos, líquido dos custos da transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **2.12 Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos em andamento, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia (Nota 17). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa líquida de impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no "resultado financeiro". **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda ("IR") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados a partir das diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas aplicáveis do IR e CSL da Companhia são de 25% e 9%, respectivamente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados e as projeções são revisados. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. **2.14 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 da seguinte forma: (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabil

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

externos, julgar que a probabilidade de perda é provável (Nota 17). Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 18; (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. **2.15 Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções e bonificações a clientes. As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos para o cliente. A Companhia não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para varejistas e revendedores. O momento em que o direito legal, assim como os riscos e benefícios, são substancialmente transferidos para o cliente depende dos termos da entrega: (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente; (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente; e (iii) para os contratos cuja entrega do produto envolve o uso de tubovias, especialmente os insumos básicos, os riscos e benefícios são transferidos no ponto imediatamente após os medidores oficiais da Companhia, que é o ponto de entrega dos produtos e transferência de sua propriedade. **2.16 Arrendamentos mercantis:** Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade dos bens é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para esses arrendamentos são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os contratos em que a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos bens são classificados como arrendamento financeiro e reconhecidos no passivo como "demais contas a pagar". **2.17 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor; (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em "outros resultados abrangentes" conforme ocorram; (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. Estas alterações ainda não foram editadas pelo CPC. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma prevê reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabilizará o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. A Companhia ainda está avaliando o impacto total dessas normas.

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas
Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir: **3.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia mantém o registro permanente de IR e CSL sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSL; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores e que não impactarão o cálculo do IR e da CSL. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essa informação está contida no Plano de Negócios consolidado da sua controladora, que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração no final do 2º semestre. Esse Plano é elaborado pela Diretoria da Braskem e suas principais variáveis como o preço dos produtos fabricados pela Companhia, o preço da nafta, a variação cambial, a taxa de juros, a taxa de inflação e o início de operação de novas plantas são obtidas de consultores externos especializados. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essa revisão indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, então é feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada. **3.2 Vida útil de ativos:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada por peritos independentes e referendada pelos técnicos da Companhia, considerando a experiência desses profissionais na gestão das plantas da Braskem Qpar. As vidas úteis estabelecidas pelos peritos independentes são revisadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas. Em dezembro de 2011, essa análise concluiu pela manutenção, em 2012, das vidas úteis aplicadas em 2010 e 2011. Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o volume de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens. A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida. As vidas úteis aplicadas aos bens determinaram as seguintes taxas médias de depreciação:

	Percentual (%)	
	2011	2010
Edifícios e benfeitorias	6,00	6,21
Máquinas, equipamentos e instalações	7,15	6,87
Móveis e utensílios	12,58	12,95
Equipamentos de informática	23,66	33,90
Equipamentos de laboratórios	13,29	16,15
Equipamentos de segurança	12,68	13,62
Veículos	13,68	14,18
Outros	19,94	19,59

3.3 Provisões e passivos contingentes: A Administração da Braskem Qpar, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: Perda provável - são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil (Nota 17) que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza; (ii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa. Perda possível - são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda

se situa entre 25% e 50%. Para esses processos a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 18). Perda remota - são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa. **3.4 Teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos tangíveis de longa duração e dos intangíveis com vida útil definida não será recuperável. Essa análise leva em conta as seguintes principais variáveis relevantes para o planejamento da Companhia: (i) evolução do Produto Interno Bruto Industrial; (ii) preço dos petroquímicos básicos; (iii) evolução do Produto Interno Bruto do Brasil; (iv) inflação; e (v) taxa de câmbio. Quando é detectada alguma evidência de que o valor desses ativos não será recuperado, a Companhia faz o confronto do valor desses ativos com o respectivo valor em uso. Para esse teste, a Companhia utiliza o fluxo de caixa, que é elaborado a partir do Plano de Negócios. Em 2011, não foram identificados indícios de não recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis, com vida útil definida.

4. Gerenciamento de riscos
A Companhia está exposta a riscos de (i) mercado decorrentes de variações de preços de *commodities*, de taxas de câmbio e de taxas de juros; (ii) crédito das suas contrapartes em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) liquidez para cumprir suas obrigações de passivos financeiros. **4.1 Risco de mercado: (a) Exposição a riscos de commodities:** A Companhia está exposta à variação de preços de nafta. Como a Companhia procura repassar as oscilações de preços dessa *commodity* provocadas pela flutuação da cotação internacional, a Companhia não contrata operações de derivativos para se proteger da exposição a riscos de *commodity*. Adicionalmente, parte não relevante das vendas são realizadas através de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de derivativos associados a vendas futuras. **(b) Exposição a riscos cambiais:** A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. Os insumos e produtos da Companhia têm preços denominados ou fortemente influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. Adicionalmente, a Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte-americano. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. **(c) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pré-fixadas em reais e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário"). **4.2 Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating* e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*), que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas

operações financeiras celebradas entre as partes. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de contas a receber de clientes encontrava-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 3.906 (2010 - R\$ 3.740).

	2011	2010
Caixa e bancos	24.977	17.600
Aplicações financeiras:		
no Brasil	2.563	5.497
no exterior	13.625	
Total	41.165	23.097

As aplicações financeiras correspondem basicamente a fundos de aplicação de curto prazo, os quais apresentam resgate imediato. Essas aplicações foram classificadas como "mantidas para negociação" e estão mensuradas ao valor justo, sendo sua variação reconhecida no resultado.

	2011	2010
Clientes		
no Brasil	141.270	313.504
no exterior	117.424	79.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.906)	(3.740)
Total	254.788	389.315
No ativo circulante	254.788	389.315
Total	254.788	389.315

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2011	2010
Títulos vencidos:		
Até 90 dias	110.737	117.836
De 91 a 180 dias	9.326	19.785
A partir de 180 dias	9.854	60.003
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.906)	(3.740)
Total dos títulos vencidos	126.011	193.884
Títulos a vencer	128.777	195.431
Total da carteira de clientes	254.788	389.315
% dos títulos vencidos sobre total da carteira de clientes	50,22%	50,28%

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Saldo da provisão no início do exercício (Provisões) reversões do exercício	(3.740)	
Baixa de títulos considerados incobráveis	(166)	286
Adição por incorporação de controlada		(178)
Saldo da provisão no final do exercício	(3.906)	(3.740)

7. Estoques

	2011	2010
Produtos acabados	300.452	233.847
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	106.410	72.590
Materiais de manutenção	41.561	51.520
Importações em andamento e outros	5.667	7.598
Total	454.090	365.555

A rubrica "materiais de manutenção" inclui materiais de uso geral e específico, cuja vida útil após sua aplicação nas máquinas e equipamentos é inferior a um ano. Os demais materiais de manutenção são ativos sobressalentes e peças de reposição com vida útil superior a um ano, classificados no ativo imobilizado, em atendimento ao CPC 27 (Nota 11).

8. Partes relacionadas
A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses e é objetivo permanente da Administração assegurar que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Companhia como os que poderia celebrar com quaisquer outros terceiros.

	2011							2010							
	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Vendas	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Vendas	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Vendas
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	AFAC e pagar	(despesas) financeiras	(compras)	Contas a receber de clientes	Fornecedores	AFAC e pagar	(despesas) financeiras	(compras)	Contas a receber de clientes	Fornecedores	AFAC e pagar	(despesas) financeiras	(compras)
Braskem Netherlands B.V. ("Braskem Holanda")	28.341			1.881	66.824	9.287									10.884
Braskem Petroquímica Chile Ltda. ("Petroquímica Chile")				(19)											
Braskem Argentina S.A. ("Braskem Argentina")	6.028			(330)	8.493	4.982									6.063
Lantana Trading Co. Inc. ("Lantana")															86
Braskem	1.100	3.137	155.712	(14.694)	39.125	15.841	4.545	817.976	(206.314)	23.457					
Common Industries Ltd. ("Common")	430			48		382									
Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras Distribuidora")			5		855										5
Petrobras	3.762	299.418			(1.753.677)	41.948	35.642								591.636
Petrobras Transporte S.A. ("Transpet")					(563)										
Petrobras Argentina S.A. ("Petrobras Argentina")															
Norfolk Trading S.A. ("Norfolk Trading")			7.175	(951)				6.227							
Braskem Petroquímica	43.598	3.310			433.723	67.450	3.929								194.524
Cetrel S.A. ("Cetrel")							30								(158)
Quattor Química (i)															(591.222)
Braskem Incorporated Limited ("Braskem Inc.")				(3.531)											
Riopel	93					83									
IQ Soluções & Química S.A. ("Quantiq")	11.633	6.366			55.445	81.177	8.165								19.779
Total	12.773	161			131.417	1.826	7								23.165
	107.758	312.397	162.887	(17.596)	(1.014.728)	222.976	52.318	824.203	(206.314)	278.219					

(i) Em 1 de setembro de 2010 foi aprovada em AGE a incorporação da Quattor Química pela Braskem Qpar.

8.1 Pessoal-chave da Administração
O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros, no exercício de 2011, totalizou R\$ 2.497 (R\$ 5.145 em 2010).

8.2 Compromissos
A Braskem Qpar possui contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras. O contrato prevê o fornecimento de nafta à unidade de insumos básicos. O preço da nafta acordado é baseado em diversos fatores, como os preços de mercado da nafta e uma série de outros derivados de petróleo, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio dólar-real e o nível de parafinidade e contaminantes da nafta entregue. O contrato prevê um consumo anual de 2.000.000 toneladas.

	Nota	2011	2010
9. Tributos a recuperar			
PIS e COFINS	(i)	132.361	90.417
ICMS	(ii)	51.839	79.027
IR e CSL		33.756	21.489
PIS - Decretos Lei 2.445 e 2.449/88	(iii)	19.616	
Outros		21.126	4.830
Total		258.698	195.763
No ativo circulante		128.172	143.316
No ativo não circulante		130.526	52.447
Total		258.698	195.763

(i) Este saldo é composto por créditos sobre a aquisição de insumos e matérias-primas, no montante de R\$ 6.273 (2010 - R\$ 4.487) e sobre aquisição de bens do imobilizado, no montante de R\$ 126.088 (2010 - R\$ 85.930). (ii) Este saldo é composto por créditos sobre a aquisição de insumos e matérias-primas, no montante de R\$ 36.496 (2010 - R\$ 44.924) e sobre aquisição de bens do imobilizado, no montante de R\$ 15.343 (2010 - R\$ 34.103). (iii) Este saldo é composto por créditos reconhecidos em 2011 decorrentes de êxito em ações judiciais que questionavam a constitucionalidade dos Decretos Lei 2.445 e 2.449/88.

10. Investimentos
(a) Informações sobre os investimentos

	Participação no capital total (%)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício, ajustado		Patrimônio líquido ajustado	
	2011	2011	2010	2011	2010
Common	100,00	1.196	(284)	6.906	5.713

	Braskem Petroquímica (i)	Quattor Química	Riopel	Common	Total
	Incorporação/incorporação de ações e cisão	861.238	930.959	749.370	7.569
Ajustes de CPC	(7.080)	(986.245)			(978.676)
Redução de capital	(690.558)	(4.743)	145.423		(549.878)
Resultado da equivalência patrimonial	(163.600)	60.029	(566.070)		(669.641)
Outros				(1.856)	(1.856)
Total				5.713	5.713

Em 31 de dezembro de 2010
Dividendos recebidos
Resultado da equivalência patrimonial

	2011	2010
Em 31 de dezembro de 2011	1.196	1.196
Total	6.906	6.906

	Edificações e benfeitorias		Máquinas, equipamentos e instalações		Projetos e paradas em andamento		Outros		Total
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Projetos e paradas em andamento	Outros	Total	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Total
Custo	84.824	41.855	3.365.989	216.995	39.307	3.748.970			
Depreciação acumulada		(7.953)	(229.964)		(6.038)	(243.955)			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	84.824	33.902	3.136.025	216.995	33.269	3.505.015			
Aquisições				210.901		210.901			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Financiamentos

	Encargos financeiros anuais			
	Juros médios		2011	2010
	Atualização monetária (exceto quando indicado)			
Financiamentos em moeda estrangeira				
Pré-pagamentos de exportações	Varição cambial do US\$	Libor semestral + 2,60%	281.869	384.048
Financiamentos de importação	Varição cambial do US\$	5,19%	2.003	3.595
BNDES (i)	Correção monetária (UMBDES) (ii)	6,08%	2.862	3.359
BNDES	Varição cambial do US\$	6,23%	55.812	60.044
Custos de transação, líquido			(1.000)	(1.224)
Financiamentos em moeda nacional				
Capital de giro		105% a 108,3% do CDI	303.130	162.944
Aquisição de máquinas e equipamentos (FINAME)	TJLP (iii)	1,38%	5.511	9.514
BNDES	TJLP	3,08%	574.734	709.251
Custos de transação, líquido			(1.724)	(3.539)
Total			1.223.197	1.327.992
Passivo circulante			372.027	198.390
Passivo não circulante			851.170	1.129.602
Total			1.223.197	1.327.992

(i) BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
(ii) UMBDES - Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
(iii) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

A Companhia capitalizou encargos financeiros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 12.831 (2010 - R\$ 805), incluindo variação monetária e parte da variação cambial. A taxa média de encargos praticada no exercício foi de 7,68% (2010 - 6,00% a.a.). O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2011	2010
2012		198.449
2013	205.907	197.143
2014	178.861	171.790
2015	130.816	259.244
2016	327.366	294.810
2017	8.220	8.166
Total	851.170	1.129.602

14. Instrumentos financeiros

A Companhia detinha, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os seguintes instrumentos financeiros não-derivativos, segundo a definição dada pelo CPC 38.

Classificação por categoria	Hirarquia de valor justo	Nota	Saldo contábil		Valor justo	
			2011	2010	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa		5				
Caixa e bancos			24.977	17.600	24.977	17.600
Aplicações financeiras no Brasil	Nível 2		2.563	5.497	2.563	5.497
Aplicações financeiras no exterior	Nível 2		13.625		13.625	
Contas a receber de clientes		6	41.165	23.097	41.165	23.097
Empréstimos e recebíveis			254.788	389.315	254.788	389.315
Fornecedores			414.635	145.093	414.635	145.093
Outros passivos financeiros						
Financiamentos		13				
Moeda estrangeira			342.546	451.046	342.546	451.046
Moeda nacional			883.375	881.709	883.375	881.709
Total			1.225.921	1.332.755	1.225.921	1.332.755

(a) Valor justo: O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: (i) Ativos financeiros mantidos para negociação são valorizados de acordo com a hierarquia do valor justo (Nível 1 e Nível 2), com *inputs* usados nos processos de mensuração obtidos de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado. (ii) Contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. (iii) O valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto contratual dos fluxos de caixa futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Braskem em instrumentos financeiros similares. (b) Hierarquia de valor justo: A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, que requerem a divulgação das mensurações pelo nível da seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 - valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e Nível 2 - valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap* ou por modelos de avaliação de contratos de características, tais como o modelo Black-Scholes, quando o derivativo possui características de opção. As premissas de avaliação (*inputs* dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, as taxas de câmbio à vista, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como Bloomberg ou Reuters.

15. IR e CSL

15.1 Reconciliação dos efeitos do IR e CSL no resultado

	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSL	74.541	(729.100)
Resultado de IR e CSL à alíquota de 34%	(25.344)	247.894
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL		
IR e CSL sobre resultado de equivalência patrimonial	406	(227.678)
Estorno das adições temporárias das controladas		74.737
Outras diferenças permanentes	(590)	1.184
Efeito do IR e CSL no resultado	(25.528)	96.137
Composição do IR e da CSL:		
IR e CSL - Correntes	(3)	
IR e CSL - Correntes	(3)	
IR e CSL - Diferidos	(25.525)	96.137
IR e CSL - Diferidos	(25.525)	96.137
Total do IR e CSL no resultado	(25.528)	96.137

15.2 IR e CSL diferidos

(a) Composição e movimentação do IR e CSL diferidos

	Impacto no resultado/			Em 31 de dezembro de 2011
	Em 31 de dezembro de 2010	resultado/ (despesa) receita	Parcelamento	
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	169.244	2.121	(22.075)	149.290
Ágios amortizados	4.169	(431)		3.738
Provisões temporárias	4.312	12.976		17.288
Total do ativo	177.725	14.666	(22.075)	170.316
Imposto diferido passivo				
Adequação Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	4.237	40.191		44.428
Provisões temporárias	4.873			4.873
Total do passivo	9.110	40.191		49.301

(b) Realização do IR e CSL diferidos

	2013 e 2015 e			2017 em diante
	2012	2014	2016	
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	27.909	121.381		1.581
Ágios amortizados	431	863	863	1.581
Provisões temporárias	1.691	219	219	15.159
Total do ativo	30.031	122.463	1.082	16.740
Imposto diferido passivo				
Adequação Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09				44.428
Provisões temporárias	960	1.920	1.993	
Total do passivo	960	1.920	1.993	44.428

16. Tributos a recolher

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	3.116	7.969
ICMS	1.564	731
Programa de parcelamento - Lei 11.941/09 (i)	69.048	85.762
PIS e COFINS		5.774
Outros	10.433	15.814
Total	90.339	182.255
Passivo circulante	20.255	97.175
Passivo não circulante	70.084	85.080
Total	90.339	182.255

(i) Em 27 de maio de 2009, foi editada a Lei 11.941/09, que estabelece as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destacam-se: (i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; (ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; e (iii) a possibilidade de utilização do saldo de prejuízos fiscais e da base negativa na liquidação das multas e juros. Atendendo ao disposto na referida Lei, a Braskem Qpar, em conjunto com sua controladora Braskem, manifestou a sua adesão a esse parcelamento e recolheu os valores mínimos estabelecidos na lei até a consolidação dos débitos fiscais. Em junho de 2011, a Receita Federal disponibilizou o programa para consolidar os débitos do referido parcelamento. O valor do parcelamento totalizou R\$ 68.822, a ser pago em parcelas mensais e consecutivas de R\$ 435, corrigidas pela Selic, a partir daquele mês. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo é de R\$ 69.048, a ser pago em 154 meses. Conforme estabelecido na referida lei, a Companhia perderia todas as reduções de encargos moratórios caso ocorresse inadimplemento de três prestações, consecutivas ou não.

17. Provisões diversas

	2011	2010
Reclamações trabalhistas	2.032	1.665
Processos de natureza cível	100	100
Provisão para recuperação de danos ambientais	5.467	
Total	7.599	1.765
Passivo não circulante	7.599	1.765
Total	7.599	1.765

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia provisiona os valores dos litígios considerados como perda provável, cujos montantes são estimados e atualizados pela Administração, amparados pela opinião de seus advogados e consultores jurídicos.

Movimentação das provisões:

	2011	2010
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado do exercício atribuível aos acionistas		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais		
Lucro (prejuízo) por ação em circulação (em R\$)		

22. Receita líquida de vendas

	2011	2010
Receita bruta de vendas:		
no Brasil	5.093.232	2.399.625
no exterior	639.844	116.457
	5.733.076	2.516.082

Deduções de vendas

Tributos, devoluções de vendas e outros	(1.561.991)	(778.893)
	(1.561.991)	(778.893)
Receita líquida de vendas	4.171.085	1.737.189

23. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Receitas de juros de aplicações financeiras mantidas para negociação	848	629
Variações monetárias e cambiais	35.117	(6.557)
Outras	327	(2.094)
	36.292	(8.022)

Despesas financeiras

Despesas com juros	(86.592)	(117.269)
Variações monetárias e cambiais	(128.249)	(8.782)
Custos de transação - amortização	(2.039)	(20.248)
Descontos concedidos	(5.364)	(26.405)
Despesas bancárias	(80)	(12.702)
Outras	(15.465)	(96.309)
	(237.789)	(281.715)
Total	(201.497)	(289.737)

	Reclamações trabalhistas	Processos de natureza cível	Provisão para recuperação de danos ambientais	Total das provisões
Em 31 de dezembro de 2010	1.665	100		1.765
Adições	367		6.720	7.087
Baixas por utilização			(1.253)	(1.253)
Em 31 de dezembro de 2011	2.032	100	5.467	7.599

A Companhia provisionou gastos com reparação de danos ambientais, após revisão anual de sua estimativa. O prazo previsto desses gastos, que estão mensurados a valor presente, é de cinco anos.

18. Contingências

A Companhia tem ações de naturezas trabalhistas e previdenciárias, tributárias, cíveis e societárias, cujos riscos de perda foram avaliados como possíveis, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 495 milhões, dentre os quais destacam-se os seguintes principais processos: (i) **ICMS compras interestaduais:** Em 2009 a Braskem Qpar foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sendo cobrada pelo recolhimento de ICMS em face de: • utilização indevida de créditos fiscais nos períodos de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, novembro de 2005 a fevereiro de 2006 e setembro de 2006 a janeiro de 2008, decorrente da escrituração dos créditos indevidamente destacados nas notas fiscais de venda de produtos adquiridos de outra empresa, tendo em vista que as operações destinavam-se à exportação, e, como tal, estariam amparadas pela não incidência do ICMS; • emissão de notas fiscais sem saída de mercadorias, para armazenagem, sem dar saída efetiva às mercadorias do seu estabelecimento para a armazenagem; • não apresentação de documentos fiscais solicitados pela fiscalização. Em 31 de dezembro de 2011, o valor envolvido atualizado é de R\$ 350 milhões. Esse valor baseia-se na melhor estimativa avaliada por assessor jurídico externo considerando as jurisprudências sobre as matérias nas esferas administrativa e judicial. A Administração estima que esse processo deverá ser concluído até 2019. Não há ativo judicial ou outro tipo de garantia para esse processo. (ii) **ICMS - diversas infrações:** A Braskem Qpar foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sendo cobrada do recolhimento de ICMS, em face do cometimento das seguintes diversas infrações: • crédito indevido do imposto e da emissão de notas fiscais, nos períodos de 2004 e 2005, sem a efetiva saída de mercadoria; e • falta de pagamento do imposto, nos períodos de 2002 a 2004, ao realizar operações interestaduais de venda para contribuintes localizados em outro estado, sem que as mercadorias tenham saído do estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2011, o valor envolvido em todas as ações é de R\$ 131 milhões. Esse valor baseia-se na melhor estimativa avaliada por assessor jurídico externo considerando as jurisprudências sobre as matérias nas esferas administrativa e judicial. A Administração estima que esses processos deverão ser concluídos até 2020. Não há ativo judicial ou outro tipo de garantia para essas demandas.

19. Plano de pensão

A partir de dezembro de 2010, a Companhia deixou de patrocinar o plano de previdência privada complementar para seus empregados intitulado QUATTOR PREV, constituído sob a forma de contribuição definida e que tinha como gestora a Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. A partir de janeiro de 2011 a Companhia passou a oferecer o plano de contribuição definida ODEPREV. A ODEPREV, entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht, que proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o plano optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Em 31 de dezembro de 2011 o plano ODEPREV está composto por 766 participantes (2010 - 873 participantes no plano QUATTOR PREV). As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício de 2011, totalizaram R\$ 1.605 (2010 - R\$ 3.388) e as dos participantes totalizaram R\$ 3.394 (2010 - R\$ 4.028).

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 4.252.354 representado por 247.879.846 ações ordinárias. Em 2011 e 2010, em AGEs da Companhia, foram aprovadas as seguintes alterações no seu capital social: Em 24 de junho de 2010, aumento de capital social em R\$ 4.014.128, sem emissão de novas ações, passando de R\$ 2.202.112 para R\$ 6.216.239 (Nota 1). O capital social foi integralizado com adiantamentos para futuro aumento de capital, concedidos pela Braskem. Em 29 de junho de 2010, redução do capital social em R\$ 2.578.372, passando de R\$ 6.216.239 para R\$ 3.637.867, sem cancelamento de ações e com restituição à Braskem da totalidade dos investimentos na Riopol e Braskem Petroquímica, conforme descrito na Nota 1. Em 1 de setembro de 2010, aumento de capital social em R\$ 71.263, com a incorporação das controladas Quattor Química (Nota 1(a)) e Poliputenos (Nota 1(b)), passando de R\$ 3.637.867 para R\$ 3.709.130, com a emissão de 10.265.480 ações ordinárias. Em 29 de julho de 2011, aumento de capital social em R\$ 543.224, passando de R\$ 3.709.130 para R\$ 4.252.354, sem emissão de novas ações, sendo esse aumento diluído entre Braskem e Braskem Petroquímica. Esse aumento de capital foi integralizado com adiantamentos para futuro aumento de capital. **20.2 Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., sendo que para os exercícios sociais de 2011 e de 2010, não houve proposta de distribuição em virtude dos prejuízos apurados pela Companhia.

21. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas. O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo. Como não houve emissão ou recompra de ações durante o exercício, o número médio ponderado de ações nos dois exercícios é de 247.879.846 ações nominativas. Conforme requerido pelo CPC 41, a tabela a seguir demonstra o resultado por ação básico e diluído bem como a média ponderada de ações.

	2011		2010	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
	49.013	49.013	(632.963)	(632.963)
	49.013	49.013	(632.963)	(632.963)
	247.879.846	247.879.846	247.879.846	247.879.846
	0,1977	0,1977	(2,5535)	(2,5535)

24. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar na demonstração do resultado suas despesas por função. Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza para o exercício de 2011:

	2011
Classificadas por natureza:	
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(3.215.061)
Despesas com pessoal	(160.184)
Serviços de terceiros	(91.553)
Despesas tributárias	(3.933)
Depreciação, amortização e exaustão	(234.087)
Despesas variáveis de vendas	(56.279)
Frete	(69.333)
Outras despesas	(42.930)